



Qualis A3 ISSN: 2178-2008

ARTIGO

Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros



Jurisprudência em Temas - divulgação de precedentes em busca de estabilidade, integralidade e coerência

Jurisprudence in Themes - dissemination of precedents in search of stability, completeness and coherence

Recebido: 28/04/2024 | Aceito: 19/06/2024 | Publicado *on-line*: 20/06/2024

Paulo Gustavo Barbosa Caldas¹

<https://orcid.org/0000-0002-6460-3607>

<https://lattes.cnpq.br/4583086137751059>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: prof.caldaspaulo@gmail.com



Resumo

O artigo aborda a importância da página "Jurisprudência em Temas" do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), destacando o papel essencial que ela desempenha na organização e divulgação de precedentes e decisões jurídicas. Através da estruturação por temas e afinidades, a página facilita o acesso e a compreensão de teses e entendimentos jurisprudenciais, contribuindo para a promoção da coerência, integridade e estabilidade das decisões judiciais, conforme estabelece o artigo 926 do Código de Processo Civil. O estudo também enfatiza o esforço contínuo para reunir e selecionar esses temas, a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e a crescente relevância da tecnologia no acesso à justiça. Ao final, são indicadas futuras questões jurídicas que demandarão atenção e análise, como o impacto de novas tecnologias e mudanças legislativas, bem como a importância da consolidação de precedentes qualificados para a segurança jurídica.

Palavras-chave: Jurisprudência. Precedentes qualificados. TJDFT. Artigo 926 do CPC. Coerência. Integridade. Estabilidade. Acesso à justiça. Legislação especial. Direito constitucional. Tecnologia jurídica.

¹ Professor universitário na UniProcessus, de direito processual civil, direito civil e métodos adequados de solução de conflitos. Analista judiciário no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT. Pós-graduado em direito público, pela Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e em direito administrativo, pela Faculdade Cândido Mendes. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB.

Abstract

The article addresses the importance of the "Jurisprudence in Themes" page of the Court of Justice of the Federal District and Territories (TJDFT), highlighting the essential role it plays in organizing and disseminating legal precedents and decisions. Through structuring by themes and affinities, the page facilitates access and understanding of theses and jurisprudential understandings, contributing to the promotion of coherence, integrity and stability of judicial decisions, as established in article 926 of the Code of Civil Procedure. The study also emphasizes the ongoing effort to bring together and select these themes, the need for a multidisciplinary approach and the growing relevance of technology in access to justice. At the end, future legal issues that will require attention and analysis are indicated, such as the impact of new technologies and legislative changes, as well as the importance of consolidating qualified precedents for legal certainty.

Keywords: Jurisprudence. Qualified precedents. TJDFT. Article 926 of the CPC. Coherence. Integrity. Stability. Access to justice. Special legislation. Constitutional law. Legal technology.

Introdução

Este texto tem como objetivo explicar a sistemática de organização dos produtos de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, com foco na estrutura da página "Jurisprudência em Temas". O TJDFT, através dos seus produtos de jurisprudência, busca consolidar e disponibilizar de forma acessível e organizada os entendimentos firmados por seus órgãos jurisdicionais.

A página "Jurisprudência em Temas" visa facilitar a pesquisa jurisprudencial, categorizando os julgados por temas de relevância e agrupando os principais precedentes, de maneira a fornecer maior segurança jurídica e auxiliar advogados, acadêmicos e o público em geral na compreensão e aplicação da jurisprudência vigente.

A organização dos produtos de jurisprudência do TJDFT, notadamente com as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, está diretamente relacionada ao disposto no art. 926, que estabelece que os tribunais têm o dever de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

A discussão sobre a necessidade de coerência, estabilidade e integridade da jurisprudência é um ponto central no Código de Processo Civil de 2015, que impõe aos tribunais a obrigação de uniformizar sua jurisprudência. Estabilidade, integridade e coerência são conceitos que visam garantir que as decisões judiciais sejam previsíveis, não contraditórias e mantidas ao longo do tempo, promovendo assim a segurança jurídica. A fundamentação das decisões, como previsto no art. 489, §1º, também está intimamente ligada à ideia de coerência e integridade, pois exige que os julgadores enfrentem os precedentes de forma clara e objetiva, evitando decisões arbitrárias e assegurando que os princípios do ordenamento jurídico sejam respeitados.

Como bem argumenta Rafael Tomaz de Oliveira, ao analisar os conceitos presentes no art. 926, ele afirma que "coerência implica investigar se a jurisprudência guarda acordo com as decisões do passado no sentido lógico-formal (não contradição, principalmente). Estabilidade diz respeito a um problema de gestão e pretende saber se as fórmulas construídas a partir de decisões anteriores continuam a ser aplicadas de forma uniforme, padronizada" (ALVIM; LEITE; STRECK, 2018). Essa análise ajuda a entender como o novo CPC trouxe uma revolução no processo decisório, reforçando

a importância da fundamentação das decisões e da uniformidade na aplicação do direito, elementos essenciais para a construção de um Judiciário transparente e eficiente.

Ao agrupar decisões por temas relevantes e apresentar precedentes de relevância jurídica, o TJDFT está cumprindo essa obrigação ao facilitar o acesso a uma jurisprudência padronizada e compreensível para todos os operadores do direito.

Isso se reflete na organização da página "Jurisprudência em Temas", que possibilita aos usuários identificar rapidamente os entendimentos consolidados pelo tribunal, funcionando como uma extensão prática desse desenvolvimento.

Há ainda o importante papel de apoiar a compreensão e divulgação dos precedentes qualificados, monitorando o entendimento desde seus primeiros julgados até a posterior aplicação da tese definida, com força obrigatória. Essa prática é essencial para garantir que os magistrados e as partes envolvidas nos processos possam acompanhar a evolução da jurisprudência, assegurando que os precedentes sejam devidamente observados, como força de fortalecer a segurança jurídica, com base na coerência, estabilidade e integridade da jurisprudência.

1. Metodologia

Este artigo utiliza uma abordagem teórico-analítica, centrada na interpretação legislativa e jurisprudencial sobre a divulgação e sistematização de jurisprudência, com foco na atuação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental, abrangendo o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), doutrinas jurídicas, além de decisões do TJDFT e dos tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A análise inclui uma avaliação detalhada da funcionalidade e impacto do site de Jurisprudência do TJDFT, que organiza decisões judiciais por temas e facilita o acesso aos precedentes. A plataforma é examinada como ferramenta prática para a promoção de coerência, integridade e estabilidade jurisprudencial.

Por fim, o artigo utiliza o método dedutivo, partindo dos conceitos gerais de precedentes qualificados, persuasivos, obrigatórios, vinculantes e da uniformização da jurisprudência, para discutir a aplicação específica desses conceitos no contexto da organização temática promovida pelo site de Jurisprudência em Temas, do TJDFT.

2. Precedentes e Jurisprudência

O Código de Processo Civil de 2015 trouxe mudanças significativas no tratamento dos precedentes e da jurisprudência no Brasil. O CPC passou a valorizar a uniformização das decisões judiciais, com o objetivo de garantir segurança jurídica e isonomia, prevendo, por exemplo, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), o Incidente de Assunção de Competência (IAC) e a observância de certos precedentes, rotulando-os como persuasivos, com força obrigatória ou vinculante, em busca de coerência e previsibilidade nas decisões judiciais.

Ao tratar da revolução hermenêutica promovida pelo novo CPC, André Karam Trindade destaca que "o controle das decisões judiciais, ao abarcar os problemas relativos à interpretação e aplicação do Direito, constitui o principal ponto de contato entre a hermenêutica e a jurisprudência na construção de um processo jurisdicional democrático" (ALVIM; LEITE; STRECK, 2018).

Isso reflete como o CPC de 2015 estabeleceu a jurisprudência como ferramenta central para a integridade e coerência das decisões judiciais,

proporcionando um ambiente mais estável e previsível, essencial para o fortalecimento da justiça no Brasil.

O STJ, como a instância responsável pela uniformização da interpretação das leis federais, tem desempenhado um papel fundamental na aplicação dessa nova dinâmica jurisprudencial. O Tribunal tem consolidado importantes precedentes, especialmente em temas de direito civil e processual civil. O STF, por sua vez, também exerce papel fundamental ao estabelecer súmulas vinculantes que orientam os demais tribunais, garantindo estabilidade e coerência nas decisões sobre temas constitucionais. O TJDFT, por sua vez, cumpre uma missão complementar à dos Tribunais Superiores, aplicando a jurisprudência superior com uma análise cuidadosa do caso concreto, garantindo a adequação das particularidades da realidade jurídica e social do Distrito Federal. Mesmo diante de uma tese fixada em um julgamento qualificado, o TJDFT realiza essa adaptação para assegurar uma aplicação justa e contextualizada.

A questão da estabilidade jurisprudencial é essencial para a segurança jurídica. Como bem orienta Cassio Scarpinella Bueno: “Previsibilidade, isonomia e segurança jurídica – valores tão caros a quaisquer ordens jurídicas estáveis, como quer ser a brasileira, pouco importando de onde elas nasceram e como se desenvolveram – devem ser metas a serem atingidas, inclusive pela atuação jurisdicional” (BUENO, 2023).

O CPC de 2015 trouxe mecanismos que visam evitar mudanças bruscas e contraditórias nas decisões judiciais, estabelecendo a vinculação aos precedentes e a obrigatoriedade de observância dos entendimentos consolidados pelos Tribunais Superiores. Esse sistema reduz o impacto das flutuações jurisprudenciais e aumenta a confiança dos jurisdicionados no Judiciário.

Tanto o STJ quanto o STF e o TJDFT têm contribuído significativamente para essa estabilidade. O STJ, ao uniformizar o entendimento das leis federais, impede a proliferação de decisões conflitantes nas instâncias inferiores, promovendo coerência. O STF, com sua capacidade de fixar súmulas vinculantes em questões constitucionais, oferece um guia seguro para tribunais de todas as instâncias. O TJDFT tem seguido essa orientação, aplicando os precedentes de forma a evitar a insegurança jurídica. Contudo, em áreas onde a jurisprudência ainda é recente ou em consolidação, os tribunais enfrentam desafios ao equilibrar a necessidade de estabilidade com a adaptação às novas demandas sociais e normativas.

A introdução do CPC de 2015 representou um marco na aproximação entre os sistemas de Civil Law e Common Law, especialmente no que tange à valorização dos precedentes. Embora o Brasil mantenha a tradição do Civil Law, a inclusão da obrigatoriedade de seguir precedentes estabelecidos por tribunais superiores demonstra uma clara influência do sistema de Common Law. O intuito é garantir que casos semelhantes sejam decididos de maneira uniforme, promovendo coerência e segurança jurídica.

O STJ, o STF e o TJDFT têm sido essenciais nessa transição. O STJ, ao seguir o modelo de precedentes, tem influenciado positivamente o direito brasileiro, garantindo maior uniformidade nas decisões judiciais em todo o país. O STF, com suas súmulas vinculantes, fornece parâmetros obrigatórios sobre questões constitucionais que afetam todos os tribunais. O TJDFT, ao aplicar essa lógica em suas decisões, também contribui para a construção de uma jurisprudência mais previsível e alinhada aos novos paradigmas processuais. Essa mudança tem facilitado o trabalho dos operadores do direito e reduzido a possibilidade de decisões contraditórias, especialmente em demandas repetitivas.

3. Jurisprudência em Temas: informação de qualidade, rápida e acessível

A página "Jurisprudência em Temas" do TJDFT organiza e disponibiliza decisões e entendimentos jurisprudenciais em uma estrutura temática, atendendo ao objetivo previsto no art. 926 do CPC, que exige que os tribunais mantenham sua jurisprudência estável, íntegra e coerente. A organização por temas facilita o acesso aos julgados, permitindo que operadores do direito e a sociedade compreendam melhor os precedentes estabelecidos e como eles impactam a aplicação do direito no Distrito Federal.

3.1 Legislação Especial

Os produtos reunidos sob Legislação Especial estão ligados a normas específicas e fundamentais para o ordenamento jurídico brasileiro. Cada um deles trata de legislações que têm aplicação direta em áreas cruciais do direito, como defesa do consumidor, proteção à mulher, processo civil e legislação administrativa.

- **Lei Maria da Penha na visão do TJDFT** apresenta uma análise detalhada de julgados relacionados à Lei 11.340/2006, que visa combater as diversas formas de violência física, psicológica, patrimonial e moral contra a mulher. O produto abrange infrações penais, medidas protetivas, competência, e outros aspectos procedimentais, com enfoque em decisões recentes que exploram a prescindibilidade de laudo pericial para atestar lesões corporais e a harmonia probatória nos autos.

- **CDC na visão do TJDFT** reúne uma série de decisões que tratam do Direito do Consumidor, com foco em temas como proteção digital, falhas em serviços e contratos. A pesquisa inclui julgados de interesse geral e decisões qualificadas sobre temas como superendividamento, práticas comerciais, banco de dados, decadência e prescrição, e responsabilidade civil, com um olhar atualizado sobre questões contemporâneas.

- **Código de Processo Civil na visão do TJDFT** explora a aplicação das normas do CPC/2015, com a finalidade de explicar teses e institutos jurídicos importantes, como os princípios processuais e regras procedimentais. A pesquisa abrange questões como direito intertemporal, normas aplicáveis e princípios fundamentais do processo, oferecendo uma visão detalhada sobre temas como o princípio da cooperação, da primazia do julgamento de mérito, e fungibilidade.

- **Jurisprudência Administrativa Interna** oferece uma seleção de decisões proferidas pelo Conselho Especial e pelo Tribunal Pleno no exercício de suas funções administrativas, organizadas por temas relevantes, como questões envolvendo concurso público, licença de servidores, benefícios previdenciários e disciplina administrativa. A pesquisa facilita a compreensão de temas internos e a aplicação de decisões administrativas no âmbito do TJDFT.

3.2 Questões Constitucionais e Controle de Constitucionalidade

As pesquisas reunidas neste grupo tratam de questões que envolvem diretamente a aplicação da Constituição Federal e o controle de constitucionalidade, concentrado e difuso, de normas.

- **Direito Constitucional na visão do TJDFT** aborda a interpretação e aplicação das normas constitucionais pelo Tribunal, destacando princípios fundamentais e direitos garantidos pela Constituição Federal. A pesquisa abrange temas como a dignidade da pessoa humana, liberdade de

locomoção, contraditório e ampla defesa, e direitos sociais, além de assuntos ligados à organização do Estado e da administração pública, como o controle de constitucionalidade, concursos públicos, e cotas raciais.

- **Inconstitucionalidades** é uma ferramenta que permite consultar normas que foram objeto de controle de constitucionalidade em decisões do Conselho Especial do TJDFT e do Plenário do STF, com foco nas normas do Distrito Federal. A pesquisa é organizada por tipo de norma, órgão julgador, ano de julgamento e natureza da decisão, abrangendo tanto decisões liminares quanto definitivas. O produto oferece uma visão detalhada dos julgados que declaram a inconstitucionalidade de normas distritais e federais, além de suspensões liminares.

3.3 Precedentes e Jurisprudência Qualificada

Neste tópico, as pesquisas de jurisprudência têm como objetivo auxiliar a compreensão dos entendimentos do tribunal, tanto nos casos de decisões divergentes quanto reiteradas, além de facilitar a interpretação e a aplicação prática das teses estabelecidas em precedentes qualificados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

- **O TJDFT e os Precedentes Qualificados** oferece uma seleção de teses organizadas por ramos do direito, abordando questões como trânsito, recuperação e falência, educação, improbidade administrativa, compra e venda de imóveis, contratos bancários, plano de saúde, execução contra a Fazenda Pública, entre outras. A pesquisa visa explicar esses temas através da transcrição de teses e ementas, que representam a aplicação prática de cada questão. Além disso, o produto destaca julgamentos com particularidades e permite acesso a acórdãos atualizados, além de outras pesquisas correlacionadas.

- **Jurisprudência Reiterada** apresenta uma seleção de entendimentos pacificados no TJDFT, organizados por ramos do direito, órgãos julgadores e relatores. O objetivo é expor teses jurídicas unânimes, acompanhadas de precedentes qualificados ou súmulas, quando disponíveis. O produto cobre temas como controle jurisdicional em concursos públicos, fornecimento gratuito de medicamentos a pessoas carentes, colisões automobilísticas e inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Também aborda questões tributárias, penais e processuais penais, como porte de drogas e execução penal.

- **Entendimentos Divergentes no TJDFT** oferece uma visão comparativa de teses que surgiram de julgamentos não unânimes, abordando as vertentes opostas em decisões do tribunal. A pesquisa abrange temas como duração de medidas protetivas em casos de violência doméstica, nulidade em concursos públicos, e penhorabilidade do bem de família em contratos de locação comercial. São destacados julgados de tribunais superiores, precedentes qualificados e súmulas, além de links para novas pesquisas correlacionadas.

3.4 Estudos e Atualidades Jurídicas

Este grupo reúne produtos que oferecem uma visão prática e atualizada da jurisprudência, focando na aplicação doutrinária e em decisões recentes. São especialmente úteis para estudiosos que desejam expandir sua compreensão de temas contemporâneos e seu impacto no ordenamento jurídico.

- **Doutrina na Prática** apresenta uma seleção de temas em Direito Penal com a interpretação do TJDFT, STJ e STF. A pesquisa explica institutos

jurídicos por meio de trechos de obras doutrinárias, seguidos de julgamentos que exemplificam a aplicação prática. São abordados temas como circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes, causas de aumento e diminuição de pena, erro na execução (*aberratio ictus*), e causas de exclusão da ilicitude, como legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal.

- **Decisões em Evidência** notifica julgados e entendimentos jurisprudenciais com relevância social e jurídica, destacando ineditismo e contemporaneidade. Entre os casos abordados, estão a constitucionalidade da Lei Distrital 4.118/2008 e da Lei 5.478/1968 julgados pelo STF, além de decisões como a Recomendação 154/2024 do CNJ sobre ementas judiciais e a irretroatividade da Lei 14.843/2024 sobre execução penal, julgada pelo TJDFT.

- **Jurisprudência em Detalhes** traz uma seleção de temas de vários ramos do direito, abordando teses jurídicas com base na interpretação do TJDFT, STJ e STF. A pesquisa inclui trechos de ementas, precedentes qualificados e decisões que exemplificam a aplicação prática dos temas. Entre os tópicos tratados estão benefícios previdenciários, mandado de segurança, responsabilidade civil, execução fiscal e dosimetria da pena.

- **Jurisprudência em Perguntas** organiza questões com respostas extraídas de julgados do TJDFT, cobrindo áreas como direito administrativo e constitucional, civil, penal e processual penal. O produto oferece respostas detalhadas com base em ementas, precedentes qualificados e súmulas. Entre os temas abordados estão concurso público, improbidade administrativa, execução, crime de tráfico de drogas, e tribunal do júri.

- **Saúde e Justiça** apresenta uma seleção de acórdãos relacionados à saúde pública e privada, com a interpretação do TJDFT, STJ e STF. O produto trata de temas como cobertura de cirurgias e tratamentos médicos pelos planos de saúde, reajustes abusivos de mensalidades, e internação compulsória de dependentes químicos. Também aborda a responsabilidade do Estado em casos de erro médico e o fornecimento de medicamentos essenciais.

Conclusão

A reunião e seleção dos temas na página "Jurisprudência em Temas" do TJDFT envolve um trabalho constante e detalhado. A cada dia, novas questões surgem no Judiciário, abrangendo diversas áreas do direito que refletem as transformações da sociedade, economia e tecnologia. O desafio está em organizar essas decisões de forma clara e acessível, mantendo a coerência entre temas, e garantindo que elas acompanhem as mudanças contínuas da realidade jurídica. Esse esforço diário exige o acompanhamento rigoroso das questões emergentes e a revisão constante dos acórdãos, permitindo uma conexão clara entre os temas abordados.

O estudo dessas questões é multidisciplinar e envolve ramos diversos do direito, como constitucional, administrativo, civil, penal e outros, que são judicializados no TJDFT. A diversidade dos temas exige uma abordagem integrativa, que não apenas analise o direito em si, mas como ele interage com as demandas sociais e tecnológicas atuais. Ao organizar os precedentes qualificados e vinculantes, o TJDFT permite que profissionais e estudiosos do direito tenham acesso a uma visão prática e fundamentada das decisões judiciais.

Com o avanço das tecnologias e maior acesso às plataformas digitais, a divulgação da jurisprudência se torna uma prioridade nas políticas públicas de acesso à justiça. A página "Jurisprudência em Temas" desempenha um papel crucial nesse contexto, ao facilitar o acesso a informações jurídicas essenciais. Através dessa ferramenta, o público pode acompanhar o desenvolvimento da jurisprudência, garantindo transparência e um melhor entendimento do sistema jurídico.

Futuras questões jurídicas, como o impacto da inteligência artificial, proteção de dados e legislações ambientais, exigirão uma análise constante e um monitoramento das tendências. A consolidação de teses obrigatórias e precedentes qualificados reforça a necessidade de coerência e integridade na aplicação do direito, que diante a força persuasiva dos precedentes, existe a "necessidade de ser estabelecida verdadeira política pública para implementar maior racionalização nas decisões e na observância das decisões dos Tribunais brasileiros, viabilizando, com isso, inclusive, mas não só, o estatuído no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, o princípio da eficiência processual" (BUENO, 2023).

Assim, a página "Jurisprudência em Temas", com sua organização de temas e pesquisas, conecta os princípios de coerência, integridade e estabilidade, proporcionando uma base sólida para a aplicação da justiça no TJDFT e consolidando o papel fundamental da jurisprudência na promoção da segurança jurídica.

Referências

ALVIM, Eduardo A.; LEITE, George S.; STRECK, Lenio L. *Hermenêutica e jurisprudência no Código de Processo Civil : coerência e integridade*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788553600113. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600113/>. Acesso em: 22 set. 2024.

BUENO, Cassio S. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos*. v.2. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786553624627. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624627/>. Acesso em: 23 set. 2024.

NETO, Carlos Romero Lauria P. *Coleção Gilmar Mendes - A Decisão Constitucional Vinculante - Vol. 15*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 978-85-309-4729-3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4729-3/>. Acesso em: 22 set. 2024.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Jurisprudência em temas*. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas>. Acesso em: 22 set 2024.